



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4/2025

(DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 327 DA LEI Nº 1.595, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1977 – CÓDIGO DE POSTURAS)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU NOS TERMOS DO ARTIGO 56, INCISO III, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 327 da Lei Municipal nº 1595, de 10 de fevereiro de 1977, que "Institui o Código de Posturas do Município", passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 327.

I -

§ 1º O proprietário de animais utilizados em carroças não poderá circular com tais veículos entre o horário das 10h às 16h dentro do perímetro urbano.

§ 2º O descumprimento das disposições do §1º deste artigo sujeitará ao proprietário infrator às seguintes sanções, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente:

I – advertência administrativa, aplicada em caso de primeira infração de natureza leve;

II – multa no valor de 100 Unidades Fiscais do Município - UFM's, podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência;

III – recolhimento do animal em situação de maus-tratos, ficando o infrator responsável pelas despesas de tratamento veterinário e manutenção do animal durante o período de apreensão; e

IV – suspensão ou cassação da autorização de circulação, quando configurada infração grave recorrente.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 24 de fevereiro de 2024.

CHANDELLY PROTETOR

Vereador

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

JUSTIFICATIVA

O objetivo central da proposta legislativa é preservar o bem-estar dos animais envolvidos nessas atividades e promover um equilíbrio saudável entre as atividades humanas e o respeito aos direitos dos animais.

Historicamente, os animais utilizados para transporte foram indispensáveis no desenvolvimento das cidades, desempenhando um papel crucial nos transportes e nas atividades econômicas, entretanto, à luz da evolução dos direitos e da consciência coletiva em relação ao tratamento ético aos animais, torna-se evidente a necessidade de adequar essas práticas aos princípios contemporâneos de bem-estar animal e sustentabilidade urbana.

Com vistas a mitigar problemas sofridos por tais animais, como por exemplo, a sobrecarga de peso e as longas jornadas sob altas temperaturas, o presente Projeto de Lei Complementar nº 4/2025 busca acrescentar os §§ 1º e 2º ao art. 327 da Lei nº 1.595, de 10 de fevereiro de 1977, a fim de que esteja previsto em nosso Código de Posturas Municipal a proibição do proprietário de animais utilizados em carroças em circular com tais veículos entre o horário das 10h às 16h dentro do perímetro urbano, bem como as penalidades em caso do descumprimento.

Válido mencionar que a proposta legislativa está em total consonância com os preceitos constitucionais e legais que amparam os direitos dos animais e a preservação de sua dignidade, assim como a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, §1º, inciso VII, dispõe que “incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, sendo vedadas as práticas que coloquem os animais em risco de extinção ou submetam-nos à crueldade.”

Além disso, o artigo 32 da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) prevê pena para aqueles que praticam abusos ou maus-tratos contra animais, reforçando a necessidade de normas municipais que orientem e disciplinem o uso responsável desses animais.

Em tempo, o projeto apresentado atende a uma demanda por regulamentação e proteção dos animais que convivem conosco no ambiente urbano, fundamentando-se em critérios técnicos, legais e éticos para garantir que essas práticas sejam realizadas de maneira compatível com o bem-estar animal, a segurança pública e a dignidade humana.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas vereadores para a aprovação desta matéria, que representa um avanço significativo no que tange à proteção dos animais e à modernização das práticas urbanas no município de Votuporanga.

CHANDELLY PROTETOR

Vereador

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



§ 1º Inclui-se na proibição do presente artigo a criação ou engorda de suínos.

§ 2º Os proprietários de cevas atualmente existentes nas áreas especificadas no presente artigo, terão o prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação deste código, para remoção dos animais.

Art. 324. É proibido manter, em pátios particulares, nas áreas urbana e de expansão urbana deste Município, bovinos, suínos, caprinos e ovinos destinados ao abate.

Art. 325. Não é permitido criar pombos nos forros das residências nem galinhas nos porões e no interior das habitações.

Art. 326. Na área rural deste município, os proprietários de gado serão obrigados a ter cercas reforçadas e a adotar providências adequadas para que o mesmo não incomode ou cause prejuízos a terceiros nem vagueie pelas estradas.

Parágrafo único. Os proprietários que infringirem as prescrições do presente artigo ficam sujeitos às penalidade legais.

Art. 327. É proibido a qualquer pessoa maltratar animais ou praticar ato de crueldade contra os mesmos, a exemplo dos seguintes:

I - transportar, nos veículos de tração animal, carga ou passageiros de peso superior às forças do animal;

II - colocar sobre animais carga superior a 150kg (cento e cinquenta quilos);

III - montar animais que já tenham a carga permitida;

IV - fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos ou extremamente magros;

V - obrigar qualquer animal a trabalhar mais de oito horas contínuas sem descanso ou mais de seis horas sem água e alimentos apropriados;

VI - martirizar animais para deles alcançar esforços excessivos;

VII - castigar de qualquer modo animal caído, com ou sem veículos, fazendo-se levantar-se custa de castigos e sofrimentos;

VIII - castigar com rancor e excesso qualquer animal;

IX - conduzir animais com a cabeça para baixo, suspensos pelos pés ou asas, ou qualquer posição anormal, que lhes possa ocasionar sofrimentos;

X - transportar animais amarrados à traseira de veículos ou atados um ao outro pela cauda;

XI - abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos;

XII - amontoar animais em depósito insuficientes ou sem água, ar, luz e alimentos;

XIII - usar de instrumentos diferentes do chicote, para estímulo e correção de animais;

XIV - empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar animais;

XV - usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas de animais;

XVI - praticar qualquer ato, mesmo não especificado neste Código, que acarrete violência e sofrimento para o animal.

CAPÍTULO XIII

DAS QUEIMADAS E DOS CORTES DAS ÁRVORES E DAS PASTAGENS

Art. 328. A Prefeitura colaborará com a União e o Estado no sentido de evitar devastações das florestas e bosques e de estimular o plantio de árvores.

Art. 329. Para evitar a propagação de incêndios, deverão ser obrigatórios observadas, nas queimadas, as medidas porventura necessárias.

Art. 330. Não é permitido a quem quer que seja, atear fogo em pastagens, palhadas ou matos que limitem com imóveis vizinhos, sem tomar as seguintes precauções:

I - preparar aceiros de 7,00m (sete metros) de largura, no mínimo, sendo dois e meio capinados e varridos e o restante roçado;

II - mandar aviso escrito e testemunhado aos confinantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, marcando o dia, hora e lugar para o lançamento do fogo.

Art. 331. É vedado atear fogo em matas, bosques, capoeiras, lavouras e pastagens ou campos alheios.

Parágrafo único. Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar campos ou pastagens de criação em comum.

Art. 332. A árvore que, pelo seu estado de conservação ou pela sua estabilidade, oferecer perigo para o público ou para o proprietário vizinho, deverá ser derrubada pelo proprietário do terreno onde existir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após a intimação pela Prefeitura.

Parágrafo único. Não sendo cumprida a exigência do presente artigo, a árvore derrubada pela Prefeitura, pagando o proprietário as despesas correspondentes, acrescidas de 20% (vinte por cento) sem prejuízo da multa cabível.

Art. 333. Fica proibida a formação de pastagens nas áreas urbana e de expansão urbana deste Município.

CAPÍTULO XIV

DA EXTINÇÃO DOS FORMIGUEIROS

Art. 334. Todo proprietário de terreno, dentro do território deste Município, é obrigatório extinguir os formigueiros porventura existentes dentro de sua propriedade.

§ 1º Verificada, pela fiscalização da Prefeitura, a existência de formigueiros, deverá ser feita imediata intimação ao proprietário do terreno onde os mesmos estiverem localizados, marcando-se o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para ser procedido o seu extermínio.

§ 2º Se após o prazo fixado, não forem extintos os formigueiros, a Prefeitura se incumbirá de fazê-lo, sem prejuízo da multa ao infrator.

Art. 335. No caso de extinção de formigueiro em edificação que exija demolições ou serviços especiais, estes deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional habilitado, com assistência direta do proprietário do imóvel ou de seu representante legal.